

Belém

Dante cancela vinda a

área e assentamento dos colonos que invadiram sua reserva. Os índios abriram mão, inclusive, de um dinheiro adquirido através de um convênio entre a Funai e a Companhia Vale do Rio Doce, para pagar a indenização das benfeitorias dos posseiros. A área, explicou Salomão Santos, deveria ser dotada de toda a infra-estrutura (estradas, posto médico etc) para receber os posseiros.

“Estranhamos terem os técnicos do Getat (Grupo Executivo das Terras do Araguaia Tocantins) escolhido uma área com problemas, afirmou Salomão Santos, que acredita que o seu proprietário deve ter usado o argumento de que sua propriedade é uma empresa rural ou um castanhal, para desvencilhar-se da desapropriação. O papel da Funai agora, é ficar ao lado dos índios que, segundo Salomão Santos, possuem uma consciência mais elevada e que por isso até agora sempre evitaram conflitos. Apesar de nunca terem sofrido agressões diretamente, os índios já foram vítima da violência dos posseiros que mataram um trabalhador, contratado por eles para o serviço de demarcação de suas terras.

Demonstrando estar muito chateado com os sucessivos erros ocorridos durante as negociações, o superintendente da Funai em Belém disse não saber qual a posição dos índios diante desses fatos, uma vez que eles já não acreditam nas promessas do Governo Federal. Lamentando o ocorrido, depois de “muita luta, esforço e gasto de tempo e recursos do Governo” e por ter todo um trabalho de um ano e meio sido jogado fora, Salomão disse que “para nós, isso é uma decepção”. Ele também está preocupado com credibilidade do órgão em relação aos índios. “A Funais vai ficar com os índios. Vamos ver se ainda temos crédito perante eles”, concluiu.

nejamento dos posseiros, o Ubá está fora de cogitação por ser cadastrado no Incra como empresa rural; o Araras está agora protegido pela liminar, restando o castanhal Mãe Maria.

O assunto deverá ser objeto ainda de muitas discussões enquanto os índios, dispostos a não mais esperar pelas providências dos brancos, mantêm a ameaça de bloquear a estrada de ferro de Carajás (como fizeram há duas semanas) como forma de pressão para apressar uma solução definitiva.

Funai ficou em posição delicada

O superintendente da Fundação Nacional do Índio, em Belém, Salomão Santos disse, ontem, a respeito da decisão do Supremo Tribunal Federal de embargar a desapropriação do Castanhal Araras, onde seriam assentados os colonos que há cinco anos invadiram a reserva Mãe Maria, dos índios Gavião, que “a coisa agora fugiu à competência da Funai”. Salomão Santos — numa entrevista pelo telefone — anunciou que um representante do ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira — que cancelou a viagem que deveria fazer a Belém, ontem — será enviado a Marabá, na próxima segunda-feira, para negociar, na aldeia, uma nova proposta com os índios.

Salomão Santos, que criticou “as falhas e os erros dos nossos administradores”, disse que a Funai ficou em má situação perante os índios. Ao longo de 3 anos de conversações, finalmente um acordo havia sido feito com eles para a desapropriação de uma

seiros assentados irregularmente pelo Getat na reserva indígena.

“Eis o motivo pelo qual o ministro Dante de Oliveira nunca estabeleceu um prazo para a solução deste ou daquele problema. Qualquer desapropriação só se concretiza após a imissão de posse. Entre a assinatura do decreto desapropriatório e a imissão de posse, os proprietários podem exercer seus direitos de tentar obstar na Justiça a desapropriação. E foi isso o que aconteceu agora com o castanhal Araras. Os proprietários ingressaram na Justiça e o STF concedeu a liminar. Imagine, agora, se o ministro tivesse prometido que no decorrer de abril realizaria o remanejamento dos posseiros”, exclama o diretor do Incra, acrescentando que, no seu ponto de vista pessoal, a questão não está perdida. “Essa liminar pode ser sustada. O STF notificará o presidente para que apresente as razões da assinatura do decreto e após isso julgará o mérito da ação, mantendo ou não a liminar”, disse Ronaldo Barata, acrescentando que a decisão do STF não, mas o fato de o proprietário do castanhal, João Oscar Miranda ter ingressado em juízo contra a desapropriação o surpreendeu bastante. “Até semana passada mantínhamos entendimento com o senhor João Oscar no sentido de uma composição, dada a premência de tempo e as pressões que os índios exercem sobre o Mirad”, diz Ronaldo Barata.

O diretor do Incra disse que, agora, na reunião que terá com os Gavião e com os posseiros, representados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia, oferecerá áreas alternativas, não tão próximas da reserva, e que tudo dependerá de negociações a serem novamente dirigidas pelo Getat.

Dos três castanhais nominados como possíveis áreas para o rema-

O ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, cancelou a reunião que teria ontem à tarde, em Belém, com a liderança da tribo Gavião, da reserva Mãe Maria, e também o encontro que realizaria hoje com governadores da região ou seus representantes e superintendentes regionais do Incra para tratar da transferência da aplicação do Plano de Reforma Agrária para os governos estaduais.

Segundo o diretor regional do Incra e presidente do Grupo Executivo do Araguaia-Tocantins (Getat), Ronaldo Barata, a reunião com os superintendentes e representantes do Pará, Maranhão, Goiás e Território Federal do Amapá foi adiada “por questões de natureza administrativa”.

Quando ao encontro com os índios Gavião, para tratar do impasse gerado pelo assentamento de 136 famílias de posseiros em terras pertencentes à reserva, disse o diretor do Incra que o problema maior é quanto ao local do encontro. O ministro havia marcado em Belém e os índios exigem que seja na aldeia. Diante disso, após um longo telefonema do ministro Dante de Oliveira, anteontem, ao cacique Cutia, ficou acertado que hoje, um técnico do Mirad, André Villas Boas, estará em Marabá para, em companhia do presidente do Getat, de um antropólogo e de um indigenista da Funai tentar resolver de uma vez por todas a pendência com os índios.

Ronaldo Barata disse que no domingo ou na segunda-feira poderá apresentar uma proposta aos caciques Gavião da reserva Mãe Maria. Admitiu, porém, que o problema se tornou mais complexo com a liminar concedida, anteontem, pelo Supremo Tribunal Federal aos proprietários do castanhal Araras, próximo à Marabá, para onde seriam remanejados os pos-

Acervo ISA